

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor

Nome: Marijane Zanotto

E-mail:

marijanezanotto@gmail.com

Instituição: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Submetido: 12/02/2022

Aprovado: 26/05/2022

Publicado: 27/04/2023

doi 10.20396/rho.v23i00.8669017

e-Location: e023004

ISSN: 1676-2584

Como citar ABNT (NBR 6023):

ZANOTTO, M.; HIPPLER, K. E.

O Banco Mundial e a educação pública brasileira: desdobramentos na política para a educação básica - ensino fundamental. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 23, p. 1-26, 2003. DOI: 10.20396/rho.v23i00.8669017.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8669017>. Acesso em: 27 abr. 2023.

Distribuído Sobre



Checagem Antiplágio



O BANCO MUNDIAL E A EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: DESDOBRAMENTOS NA POLÍTICA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA - ENSINO FUNDAMENTAL



Lattes

Marijane Zanotto*

Universidade Estadual do Oeste do Paraná



Lattes

Kethlyn Elisa Hippler**

Município de Cascavel

RESUMO

Em sua trajetória, o Banco Mundial passou de uma instituição de suporte financeiro para um gerenciador de políticas educacionais, para garantir a hegemonia econômica própria do sistema capitalista. Diante desse foco, esta pesquisa tem como objetivo compreender os interesses do Banco Mundial em determinar as diretrizes da educação dos países periféricos e quais são os impactos dessa intervenção na política educacional para o ensino fundamental no Brasil. Como metodologia de pesquisa, utilizou-se estudo bibliográfico, fundamentado em autores progressistas, além de análise documental, com foco no estudo do documento “Um Ajuste Justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”, elaborado pelo Banco Mundial, em 2017. Considerando tal pressuposto, depreende-se que tais movimentos políticos interferem indireta e diretamente nas esferas escolares e na prática pedagógica do professor, atuante em sala de aula, assim como tais prerrogativas ideológicas construíram e embasaram as políticas educacionais brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: Banco Mundial. Política Educacional. Ensino fundamental.

THE WORLD BANK AND BRAZILIAN PUBLIC EDUCATION: DEVELOPMENTS IN THE POLICY FOR BASIC EDUCATION - ELEMENTARY SCHOOL

Abstract

In its trajectory, the World Bank went from an institution of financial support to a manager of educational policies, to guarantee the economic hegemony of the capitalist system. Given this focus, this research aims to understand the interests of the World Bank in determining the education guidelines for peripheral countries and what are the impacts of this intervention in educational policy for primary education in Brazil. As research methodology, it was used bibliographical study, based on progressive authors, in addition to documentary analysis, focusing on the study of the document "A fair adjustment: efficiency and equity of public spending in Brazil", prepared by the World Bank in 2017. Considering this assumption, it is inferred that such political movements indirectly and directly interfere in the school spheres and in the pedagogical practice of the teacher, acting in the classroom, as well as such ideological prerogatives have built and grounded the Brazilian educational policies.

Keywords: World Bank. Educational Policy. Elementary school.

EL BANCO MUNDIAL Y LA EDUCACIÓN PÚBLICA BRASILEÑA: DESPLIEGUE EN LA POLÍTICA DE EDUCACIÓN BÁSICA - EDUCACIÓN PRIMARIA

Resumen

En su trayectoria, el Banco Mundial pasó de ser una institución de soporte financiero a un gestor de políticas educativas, para garantizar la hegemonía económica del sistema capitalista. Teniendo en cuenta este enfoque, esta investigación tiene como objetivo entender los intereses del Banco Mundial en la determinación de las directrices para la educación de los países periféricos y cuáles son los impactos de esta intervención en la política educativa para la educación básica en Brasil. Como metodología de investigación, se utilizó el estudio bibliográfico, basado en autores progresistas, además del análisis documental, centrado en el estudio del documento "Un ajuste justo: análisis de eficiencia y equidad del gasto público en Brasil", elaborado por el Banco Mundial en 2017. Considerando este supuesto, se infiere que tales movimientos políticos interfieren indirecta y directamente en las esferas escolares y en la práctica pedagógica del profesor, actuando en el aula, así como tales prerrogativas ideológicas han construido y fundamentado las políticas educativas brasileñas.

Palabras clave: Banco Mundial. Política Educativa. Escuela primaria.

INTRODUÇÃO

O presente artigo foi desenvolvido com o propósito de compreender os interesses do Banco Mundial em determinar as diretrizes da educação dos países periféricos e quais são os impactos dessa intervenção na política educacional para o ensino fundamental no Brasil. Assim, essa pesquisa historiciza a política de atuação do Banco Mundial e sua relação com o Brasil; analisa como os mecanismos usados (globalização e neoliberalismo) pelo Banco Mundial garantiram que seus interesses afetassem os rumos da política educacional brasileira para o ensino fundamental e apresenta um estudo sobre o documento “Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”, especificamente, em relação à parte da educação básica – ensino fundamental, como forma de compreender de que maneira se efetiva a interferência realizada pelo Banco Mundial nas políticas públicas para a educação brasileira. Como metodologia de pesquisa, utilizou-se estudo bibliográfico, fundamentado em autores progressistas, e análise documental, com foco no estudo do documento “Um Ajuste Justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”, elaborado pelo Grupo Banco Mundial, em 2017. Como metodologia de pesquisa, utilizou-se estudo bibliográfico, fundamentado em autores progressistas, e análise documental, com foco no estudo do documento “Um Ajuste Justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”, elaborado pelo Grupo Banco Mundial, em 2017.

Considerando o foco da pesquisa, se faz necessário retomar as bases históricas e estruturais que indicam a ação dos organismos multilaterais para compreender como essas instituições internacionais atuam ideologicamente nos países subalternos, com o objetivo de direcionar as políticas públicas a atuarem na manutenção e no fortalecimento do sistema capitalista. Nesta pesquisa, elencou-se, entre os organismos multilaterais, o Banco Mundial – BM como foco no estudo, por considerar a ampla articulação desse órgão com as políticas educacionais no Brasil.

A partir desse estudo constata-se que, inicialmente a proposta do BM era promover e financiar planos de estabilização estrutural, setoriais e sociais, nos países que buscavam dinheiro para se reconstruir após a Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945). Todavia, o BM, a partir da década de 1970, reformulou as suas políticas de empréstimo de dinheiro a fim de remodelar as estruturas políticas, sociais e econômicas em países periféricos da América Latina, da África e parte da Ásia. (LEHER, 1999). No decorrer dessa década, enquanto os países industrializados aderiram ao processo de globalização, como forma de aprofundar a relação comercial internacional, por meio da inserção de novas tecnologias e modificação das estruturas produtivas – com base nos ideários do neoliberalismo e por meio de políticas embasadas pelo gerencialismo –, os países subdesenvolvidos sofriam com uma crise geral, que afetou tanto a economia quanto os setores sociais. Nesse sentido, o Banco Mundial passou a ofertar novos empréstimos, a partir de uma reconfiguração das condições, elencando condicionalidades que os países periféricos deveriam cumprir, bem como metas que deveriam atingir para a liberação de novos financiamentos.

O propósito de tais condições, baseado prioritariamente nessa nova estratégia de empréstimo, constituiu-se em direcionar os países periféricos ao espectro dos interesses do mercado internacional, condicionando-os a implementar a globalização e as diretrizes econômicas neoliberais. Assim, o Banco Mundial passou a promover e financiar reformas educacionais, com o objetivo de estruturar e direcionar as políticas públicas educacionais, baseadas nos princípios do gerencialismo, viabilizando a abertura da área educacional ao setor privado, por meio de metas de produtividade e financeiras. (FIGUEIREDO, 2009).

Com base nos fatos apresentados, compreende-se que o Banco Mundial passa de uma instituição de suporte financeiro para se tornar um gerenciador das políticas sociais, a favor dos interesses de grandes credores internacionais, a fim de garantir a hegemonia econômica própria do sistema capitalista. A partir dessa análise, surge a necessidade de investigar quais são os reais interesses do Banco Mundial em determinar as diretrizes da educação pública do Brasil e quais são os impactos dessa intervenção internacional para o ensino fundamental.

Assim, o estudo está organizado em três tópicos, sendo o primeiro item intitulado “O Banco Mundial: constituição e estratégias como organismo multilateral” que contextualiza a construção do BM e sua política de “cooperação internacional”. O segundo tópico foi nomeado de “Globalização e neoliberalismo: mecanismos de manutenção e expansão do capitalismo”, o qual aborda os modelos de interferência do BM nos países subalternos e a relação dessa estratégia com os interesses do capital internacional. No terceiro e último momento desta pesquisa, propõe-se a examinar o documento “Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil” (BANCO MUNDIAL, 2017), como forma de compreender de que maneira a interferência realizada pelo Banco Mundial, por meio de suas “consultorias políticas”, efetiva-se em relação à educação brasileira.

O BANCO MUNDIAL: CONSTITUIÇÃO E ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO COMO ORGANISMO MULTILATERAL

Este tópico está centrado na retomada histórica acerca da constituição do Banco Mundial, e evidência de que forma essa organização se modelou como organismo multilateral de modo a atuar na concretização de um modelo econômico, político e social que atende aos interesses da burguesia internacional, até a década de 1990. Diante dessa perspectiva, a análise parte dos desdobramentos oriundos do final da Segunda Guerra Mundial, quando diversos países da Europa e parte da Ásia Oriental encontravam-se devastados no que se refere aos aspectos econômicos, políticos e sociais, mas principalmente, em relação à infraestrutura de suas cidades destruídas pelo confronto. Nessa perspectiva, no ano de 1944, na cidade de Bretton Woods, reuniram-se delegados de 44 nações aliadas, durante a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, a fim de que pudessem assinar o acordo que leva o nome da cidade. Com base nesse acordo, foi criado o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD¹, juntamente com o

Fundo Monetário Internacional – FMI², que são as instâncias iniciais para a criação do Banco Mundial - BM.

O Banco Mundial surgiu, então, com a proposta inicial de promover e financiar planos de estabilização estrutural, setoriais e sociais nos países afetados, no cenário do pós-guerras, para, posteriormente, possibilitar o crescimento econômico por meio de empréstimos a serem pagos com longos prazos e a juros baixos. Porém, a partir de 1950, desencadeou-se um processo de polarização entre as duas superpotências que emergiram ao final da Segunda Guerra Mundial: os Estados Unidos da América – EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS, os quais protagonizaram mudanças no cenário político internacional. Como pano de fundo de tal polarização, origina-se a Guerra Fria entre as duas potências, que tentavam propagar suas diferentes ideologias de sociedade e economia para o restante do mundo. (PEREIRA, 2010).

Como forma de fortalecer o bloco capitalista, representado pelos EUA, o banco começa então a elaborar movimentos de resistência à propagação de ideologia comunista, representada pela URSS, por meio de estratégias que não envolvessem reforço militar, mas sim com base em processos de intervenção política, econômica e social. Nessa perspectiva, pode-se reconhecer a mudança no discurso e na atuação do Banco Mundial que passou a incentivar políticas desenvolvimentistas. (BEZERRA NETO; BOTIGLIERI, 2014).

Logo, o BM iniciou o fomento de reformas nos países subdesenvolvidos, baseado nos pressupostos liberais, em oposição aos ideais do “Estado de bem-estar social”, sob o argumento de que a intervenção estatal nas liberdades individuais teria a influência dos regimes comunistas e totalitaristas. (CRUZ, 2003). Com base nesse argumento e com receio de que o Estado passasse a controlar áreas essenciais da economia (energia, transporte e telecomunicação), o Banco Mundial começou a estimular empréstimos para os países em desenvolvimento e iniciou o processo de intervenção norte-americana direta nas políticas da América Latina. Assim, o BM desenvolveu uma “[...] engenharia social que tem como meta evitar a influência comunista e o surgimento de uma nova Cuba na região.” (LEHER, 1999, p. 20).

A partir desse contexto, é possível analisar que apesar do discurso desenvolvimentista adotado pelo BM, seus verdadeiros interesses, já nas primeiras décadas de sua criação, consistiam em propiciar o prevaletimento da ideologia neoliberal, para afugentar o “fantasma do comunismo”, que assombrava os países após a queda do muro de Berlim (1989).

Nesse sentido, Cruz (2003) alerta que, por receio da propagação da ideologia marxista, nos países da América Latina, o BM iniciou manobras de imposição do sistema capitalista aos países em desenvolvimento, por meio do discurso de que tais práticas iriam possibilitar o crescimento e a estabilidade socioeconômica desses países. Porém, o que se percebe é que os países subdesenvolvidos aceitaram tais medidas de alinhamento político

internacional por apreensão às sanções e penalidades que poderiam sofrer, caso não adotassem as medidas exigidas. Nessa perspectiva, a autora afirma que:

[...] os países mais estruturados economicamente e articulados por meio de organizações, como o Grupo dos Sete (G7), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, garantem a preponderância dos interesses de alguns países sobre os demais, que têm de submeter-se às diretrizes econômicas impostas, mesmo em detrimento de seus interesses nacionais, interferindo inclusive na possibilidade de autodeterminação, de soberania. (CRUZ, 2003, p. 53).

Assim, é compreensível que a atuação das instituições multilaterais tem como objetivo central atender aos interesses do grande capital internacional, orquestrando mudanças estruturais dos países periféricos aos moldes dos interesses dos países de primeiro mundo. Esses ajustes ocorrem de divergentes maneiras, de forma que podem ser efetuados com assistências políticas à formulação da legislação interna dos governos ou por orientações e encaminhamento de como cada país deve atuar, no sentido de manter a hegemonia mundial de países desenvolvidos. Tais estratégias de atuação ficam gradualmente mais evidentes, a partir de 1968, quando Robert S. McNamara deixou a secretaria de Defesa dos Estados Unidos e assumiu a presidência do Banco Mundial (1968 - 1981). Nessa nova gestão, houve uma reforma nas políticas de empréstimo, a fim de remodelar as estruturas políticas, sociais e econômicas, em países periféricos da América Latina, da África e parte da Ásia. (LEHER, 1999).

Para compreender tal movimento, é necessário ressaltar que, no decorrer da década de 1970, o mundo sofria com uma crise estrutural do capitalismo, na qual tal sistema se reconfigurou para superar a recessão, causada pelo excesso de produção. Enquanto a maioria dos países industrializados aderiram ao processo de globalização, como forma de aprofundar a relação internacional das nações por meio da inserção de novas tecnologias e modificação das estruturas produtivas, os países subdesenvolvidos sofriam com uma crise geral, que afetava tanto a economia quanto os setores sociais. Apesar do discurso do BM de combate à pobreza, o que se percebe é que as desigualdades entre ricos e pobres se apresentavam acentuadas e que a concentração de renda, bem como a miséria eram maiores a cada ano.

Nesse sentido, para Leher (1999, p. 21):

O crescente sentimento anti-Estados Unidos nos países periféricos é apreendido como uma ameaça à supremacia deste país, colocando em risco os objetivos estratégicos do *establishment* econômico e político. Por outro lado, as manifestações da crise estrutural do capitalismo começa a assumir feições cada vez mais nítidas nos anos 1970, uma situação que logo produziria um aumento da tensão social nos países periféricos e na relação destes com Washington. A consideração simultânea desses fatores provocou mudanças na orientação tática do Departamento de Estado. Cresceu, então, a preferência por ações indiretas, mediadas por organismos multilaterais.

Nessa perspectiva, a interferência do BM nos países periféricos, teve novos rumos durante o mandato de McNamara, visto que se assumiu uma configuração mais atrativa e menos agressiva, pois o novo presidente decidiu direcionar o foco de combate à extrema pobreza, que segundo os economistas do banco só poderia ser amenizada por meio do crescimento econômico de cada país. Como grande parte dos países do então chamado terceiro mundo ainda se encontravam no processo inicial da industrialização, as medidas encontradas por McNamara foram baseadas no apoio à agricultura e a alguns projetos sociais.

Lançada para o quinquênio 1968-73, a orientação da redução “direta” da pobreza dava sequência a mudanças na composição setorial da carteira do Banco iniciadas pela gestão de George Woods (1963-68), porém numa escala muito maior. McNamara anunciou a agricultura (na verdade, a agropecuária), como o setor que teria a maior expansão dentro do portfólio com a justificativa de que constituía “o fator-chave para o crescimento econômico na maioria dos países em desenvolvimento”, da qual viveriam dois terços da população daqueles países. Também passariam a ter mais importância na carteira do Banco os projetos da área “social” – tradicionalmente considerados não-produtivos, por não gerarem retornos econômicos imediatos em moeda forte – como educação, fornecimento de água potável, saneamento básico, nutrição, saúde primária, habitação urbana e planejamento familiar. (PEREIRA, 2010, p. 262).

Por meio dessa agenda de reformas, iniciou-se um novo processo de operações financeiras e empréstimos de altos valores monetários para os países periféricos, com condições que obrigavam os beneficiados a cumprirem determinadas metas e acordos, estabelecidos previamente. Tais condicionantes possuíam caráter de alinhamento macroeconômico por definirem mudanças estruturais e implementação de políticas que abarcassem os interesses dos grandes credores internacionais. Ou seja, o propósito de tais condições, baseado prioritariamente nessa nova política de empréstimo, era direcionar os países subdesenvolvidos sob o espectro dos interesses do mercado internacional, condicionando-os à aceitação da globalização e das diretrizes econômicas neoliberais, que já permeavam os países industrializados.

Seguindo as estratégias dessa nova agenda, os setores, que antes pareciam desinteressantes para a economia mundial, receberam enfoque central nas reformas propostas pelo Banco Mundial. A partir da década de 1970, serviços essenciais para a população (saúde, educação e segurança) tornaram-se mais presentes como meios de intervenção nos países subdesenvolvidos e como modo de assegurar o “[...] aparato ideológico e político para a expansão do neoliberalismo em escala mundial.” (CRUZ, 2003, p. 58). Nesse sentido, compreende-se que as estratégias adotadas por McNamara não tinham como objetivo apenas a estruturação e ampliação da economia de cada país, como método de acabar com a extrema pobreza, já que o mesmo “[...] não dirigiu o Banco Mundial com a mentalidade própria de um banqueiro, mas com a de um estrategista internacional que pretendia conseguir na paz o que não pôde conquistar na guerra: reconhecer reivindicações

populares e controlá-las [...]”. (LICHTENSZTEJN; BAUER, 1987, p. 183 *apud* CRUZ, 2003, p. 58).

No cenário brasileiro, o contexto político e social se encontrava conturbado pela Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Durante este período estabeleceu-se diversos acordos entre o Ministério da Educação - MEC e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional - USAID (sigla para o nome da agência em inglês) que tinham como objetivo central implantar o modelo norte americano na educação brasileira por meio da contratação de assessores estadunidenses para direcionar as reformas da educação pública, em todos os níveis de ensino. Entre as reformas adotadas na educação, pode-se citar como exemplo, retirar-se disciplinas e diminuir a carga horária de outras entendidas como dispensáveis, tais como: Sociologia e Filosofia que foram abolidas; Geografia e História que foram substituídas por Estudos Sociais. No lugar destas disciplinas inseriu outras como Educação Moral e Cívica e o ensino da Língua Inglesa. Assim, é possível identificar que os acordos MEC/USAID, demonstram o interesse do EUA na educação brasileira por seu papel estratégico que possibilitaria a formação de um novo quadro técnico em benefício da política norte-americana. (MARTINS, 2014).

Tal relação ficou evidente, durante a década de 1980, porque os países subalternos, endividados pelos empréstimos realizados durante os anos anteriores, aumentaram sua dívida por causa dos altos juros e da necessidade da realização de novos empréstimos, inserindo-se, assim, numa crise interminável. Para as instituições multilaterais, o aumento da dívida dos países periféricos e falta de valor monetário para seu pagamento não significava prejuízo financeiro, mas sim uma forma dos países subdesenvolvidos ficarem reféns de suas condicionalidades, a fim de que aceitassem mais facilmente os ajustes estruturais e setoriais que o banco ansiava em realizar. Dessa forma, a necessidade dos países periféricos de conseguir “[...] empréstimos rápidos e vultosos, para o equilíbrio do sistema financeiro, levaram-nos a aceitar sem resistências às propostas de reformas na economia, incluídos os empréstimos de ajuste estrutural, conforme orientações do Banco Mundial.” (CRUZ, 2003, p. 59).

Desde a origem do Banco Mundial, sua atuação nos países subdesenvolvidos acontece com o objetivo de expandir os interesses político-econômicos dos maiores credores internacionais, por meio do alinhamento internacional aos ideais neoliberais. Para compreender como tal intervenção influenciou direta e indiretamente a política socioeconômica e educacional do Brasil, faz-se necessário analisar como a globalização e o neoliberalismo foram utilizados pelo Banco como estratégia de ação na política brasileira, a partir da década de 1970, e como tais ações interferiram na educação pública, o que será abordado no tópico em sequência.

GLOBALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO: MECANISMOS DE MANUTENÇÃO E EXPANSÃO DO CAPITALISMO

O Banco Mundial atuou internacionalmente em favor da expansão dos mecanismos de fortalecimento do capital, enquanto se beneficiava de seus resultados por meio das grandes aplicações monetárias dos países hegemônicos. Para tanto, cabe, no momento, compreender como os processos históricos mundiais foram delineados em favor do aparato capitalista e da supremacia de alguns países, em detrimento de outros, o que será discutido neste tópico.

Durante as décadas de 1950 e 1960, o capitalismo demonstrou um avanço crescente nos setores econômicos e sociais, marcando essa época com a chamada “Era de ouro do Capitalismo”³. Nesse momento, havia um aumento da produtividade nas indústrias e redução nos índices de pobreza, bem como de desigualdade social. Porém, tais avanços logo tiveram uma queda, em 1970, sofrendo com uma profunda recessão, como resultado da diminuição nas taxas de crescimento e no aumento das taxas da inflação. A partir desse novo cenário, empresas transnacionais e demais indústrias se organizaram para a quebra de fronteiras entre os países, a fim de comercializar produtos, o que promoveu uma mudança estrutural para a superação da crise e possibilitou o fortalecimento do sistema capitalista. (CRUZ, 2003).

Para Sunkel (1999, p. 179):

A ideologia em torno da globalização apresenta-a como um processo totalmente novo, sem precedentes históricos, basicamente enraizado na revolução tecnológica contemporânea, que por sua vez é vista como parte inerente do processo de modernização. Nesse contexto, ela é vista como um desenvolvimento espontâneo, inevitável e basicamente positivo. Conclui-se que não existe outra alternativa a não ser submeter-se às forças da globalização e tentar tirar melhor proveito possível da situação.

Nesse sentido, é compreensível que a globalização tenha sido propagada como um processo inevitável de inserção dos países numa economia global totalmente alinhada aos mesmos interesses e à busca por uma sociedade mundialmente organizada em prol do crescimento econômico de todos os países. Porém, essa concepção traz suas contradições, pois, ao considerar que a globalização é um movimento ideológico, que foi organizado e planejado pelas empresas multinacionais, com o objetivo principal de superar a crise e buscar novas formas de organização do mercado, é compreensível que sua expansão não seja uma consequência inevitável, mas sim um plano elaborado para a manutenção do capital.

Nessa perspectiva, no processo de globalização defende-se a livre circulação de mercadorias e de capital, a abertura de fronteiras e a inserção dos países na “[...] nova economia global [...]”, porém, essa ideologia apresenta um papel mais importante, todavia, não explícito, que é: “[...] impedir a compreensão de que os problemas estruturais do capitalismo são frutos das contradições desse mesmo sistema.” (CRUZ, 2003, p. 54). Ou seja, a ideologia da globalização dissemina que essa política mundial permitiria o crescimento econômico dos países por meio da produção e comercialização dos produtos com todo o globo, tendo, assim, uma quantidade maior de riquezas para serem distribuídas à população e, conseqüentemente, amenizar as desigualdades que esse mesmo sistema

produz. Porém, Santos (2000), alerta que “[...] houve uma preparação prévia para a chamada globalização, com produção de idéias encomendadas à inteligência das grandes empresas, com suas fundações, e as universidades hegemônicas comandaram a pesquisa e a formulação dessas idéias [...]” (SANTOS, 2000, p. 29 *apud* CRUZ, 2003 p. 54).

Nesse sentido, entende-se que a globalização é uma ideologia articulada para a promoção e manutenção do sistema capitalista, como sistema hegemônico mundial, que foi articulada também pela preocupação dos Estados Unidos da América e da Inglaterra em relação à difusão da ideologia comunista pelos países da Europa, que se aproximavam territorialmente da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS. Assim, esses dois países se embasam nas políticas socioeconômicas, propagadas no livro de Friedrich August von Hayek, o Caminho da servidão, lançado em 1944, em oposição ao ideário de Estado de bem-estar social, “[...] sob o argumento de que todo tipo de intervenção estatal, além de ser um atentado às liberdades individuais, seria uma aproximação aos regimes totalitários e comunistas” (CRUZ, 2003, p. 55). Ou seja, as políticas neoliberais se propagaram ao estigmatizar o Estado de bem-estar social como um modelo político antidemocrático, autoritário e ineficiente e a partir dessa concepção, as políticas e reformas, com dimensões sociais e em defesa da classe operária começaram a ser combatidas sob a alegação de serem uma forma de ataque às liberdades e individualidades dos cidadãos.

A partir dessa reflexão, é necessário ressaltar que o processo de hegemonização do neoliberalismo mundialmente foi gradativo, visto que seus princípios ideológicos tiveram início na década 1940, mas só foram implementados mais incisivamente pelos governantes nos anos 1979 -1980. Após as contribuições de Hayek, em 1944, os ideais que se opunham ao Estado intervencionista ganharam ecos nos EUA por meio das obras de Milton Friedman, em 1962, com seu livro “Capitalismo e liberdade”. Para esses teóricos, o fundamento base do neoliberalismo sustenta-se nas liberdades individuais, na autorresponsabilização e no individualismo, que não podem ser restringidos pela intervenção estatal.

O individualismo tem hoje uma conotação negativa e passou a ser associado ao egoísmo. Mas o individualismo a que nos referimos, em oposição ao socialismo e a todas as outras formas de coletivismo, não está necessariamente relacionado a tal acepção. [...] tem como características essenciais o respeito pelo indivíduo como ser humano, isto é, o reconhecimento da supremacia de suas preferências e opiniões, na esfera individual, por mais limitada que esta possa ser, e a convicção de que é desejável que os indivíduos desenvolvam dotes e inclinações pessoais. (HAYEK, 2010, p. 39-40 *apud* BEZERRA NETO; BOTIGLIERI, 2014, p. 20).

Nesse sentido, Friedman (1962) afirmava que o poder do Estado era uma construção dos próprios indivíduos que constituíam esse povo e que cada sujeito só poderia ser genuinamente livre se não dependesse do que o Estado tivesse a lhe oferecer, mas do que ele, junto de seus iguais, pudesse construir para alcançarem os objetivos de sua pátria. Logo, as atribuições do Estado deveriam se limitar a seu papel de regulamentador, ao estabelecer

a lei e a ordem, preservando as liberdades dos indivíduos, além de promover a competição entre as empresas, ao abrir mão de sua função como executor e relegar esse papel para a esfera privada. Assim, por meio das ideias de Friedman, reforçava-se que os governos não centralizadores possibilitariam uma sociedade livre, que respeitaria os desejos individuais e, assim, seria possível prover o aumento dos índices econômicos.

A partir desse contexto, com o aumento do movimento sindical e com o receio da eclosão de protestos dos trabalhadores, a Inglaterra e os EUA abraçaram a ideologia da globalização e do neoliberalismo, durante os governos de Thatcher (1979-1990) e Reagan (1981-1989), de maneira que propuseram uma reforma no papel do Estado. (FONSECA, 1991).

A posição de Thatcher sempre foi clara: afastado o comunismo ortodoxo do contexto inglês, restava fazer frente ao último resquício do marxismo e da "era keynesiana" no contexto europeu, a social-democracia. Diminuir impostos, se possível os progressivos, vender ações de estatais, limitar o poder dos sindicatos e enfrentar "o ócio dos trabalhadores altamente protegidos por leis" tinha certa razão de ser no contexto inglês, principalmente quando o discurso conservador convencia de que a decadência do Império Britânico se devia ao "estatismo" e ao trabalhismo do Pós-Guerra. Já nos Estados Unidos, o contexto era diferente: a presença estatal na propriedade da economia sempre foi mais tênue. [...] Reagan, nesse contexto, surgiu com uma proposta arrojada, fundindo o "neoliberalismo" com nacionalismo: os gastos de guerra não poderiam ser cortados devido à existência de um "Império do Mal" ainda não derrotado, o qual ameaçava os interesses norte-americanos em vários pontos do globo. Assim, o corte nos gastos de bem-estar justificava-se com razões de segurança nacional. (FONSECA, 1991, p. 72).

É nesse cenário, após a crise do petróleo, que o Banco Mundial modifica seu enfoque da reestruturação dos países e passa a adotar uma agenda desenvolvimentista, evidenciando, assim, seu papel nessa nova organização mundial. Isso porque buscou promover e financiar reformas estruturais nos países subdesenvolvidos, com o objetivo de disseminar a ideologia da globalização e da teoria neoliberal. Nesse sentido, Cruz (2003), evidencia que a partir da ascensão no “[...] processo de globalização da economia, as teorias monetaristas neoliberais passam a influenciar as economias, [...] o Banco Mundial e o FMI passam a oferecer aparato ideológico e político para a expansão do neoliberalismo em escala mundial.” (CRUZ, 2003, p. 58).

Nessa perspectiva, na Inglaterra e nos Estados Unidos, foram promovidas reformas na organização política, social e financeira, por meio das mudanças e redução de leis trabalhistas, bem como antissindicalistas, tendo em vista que se aumentou o combate às greves, cortaram-se os gastos sociais e direcionaram-se esses serviços às empresas privadas. No contexto de globalização, é necessário ressaltar que a incorporação do neoliberalismo às políticas públicas dos países subdesenvolvidos se dá por meio de reformas que permitem a precarização das políticas sociais, a redução dos serviços essenciais, a perda de direitos trabalhistas e, sobretudo, o enfraquecimento da soberania nacional.

As principais orientações neoliberais referem-se ao questionamento do papel do Estado na sociedade e na economia, propondo diminuir sua interferência sobre estes setores. Os três principais pilares da reestruturação proposta baseiam-se na diminuição do papel e tamanho do Estado na sociedade (privatizações, demissões e desvio de reivindicações populares para a esfera do mercado), desregulamentação das relações trabalhistas (quebra da estabilidade, criação de contratos temporários, terceirizações, diminuição da carga tributária sobre o capital) e abertura econômica e comercial (possibilitando ao capital internacional o investimento direto nos países conforme seus interesses e necessidades de expansão). (CRUZ, 2003, p. 54).

No Brasil, essa ideologia é apropriada a partir do governo Fernando Collor de Mello (1990-1992), onde ocorreu a abertura para o comércio mundial como resposta aos interesses do capital internacional. Desde o início do governo Collor, ficou evidente a adoção de políticas neoliberais e o acatamento às propostas determinadas pelo Consenso de Washington⁴, por meio do plano econômico nomeado como “Brasil Novo”, mais conhecido como “Plano Collor”, que tinha como objetivos a abertura do comércio nacional, redução de tarifas para a exportação e importação, a troca da moeda para cruzeiros, intensificação dos processos de privatizações, demissões e diminuição do funcionalismo público, além de reformas administrativas.

Apesar de apresentar um controle à economia brasileira nos primeiros meses de aplicação do “Plano Collor”, o que se seguiu foi uma instabilidade econômica promovida pela queda no Produto Interno Bruto - PIB, pelo aumento do desemprego e da inflação. Tais situações, entre outras, acabaram resultando no pedido do *impeachment* do presidente Collor. O vice-presidente, Itamar Franco, assumiu, então, o governo pelos dois anos seguintes e, em 1995, Fernando Henrique Cardoso (FHC) assumiu a presidência, com a proposta de realizar uma reforma no Estado brasileiro.

As reformas idealizadas pelo Estado brasileiro, em articulação com o Banco Mundial, na década de 1990, para a política pública brasileira, geraram a elevação de “[...] taxas de juros, desnacionalização da economia, falência de pequenas empresas, aumento do desemprego e do subemprego, [...] conseqüências das políticas governamentais, mesmo que dissimuladas sob o termo ‘globalização’.” (CRUZ, 2003, p. 53).

Na direção da ampliação de reformas que foram propostas na década de 1990, o Banco Mundial alterou suas estratégias de ações nos países da América Latina, para que pudessem ocorrer de modo mais eficaz e encoberto. Utilizando o discurso de combate à pobreza e de crescimento econômico por obtenção de capital cultural, o Banco Mundial passou a investir na educação como forma de disseminação de suas propostas neoliberais, por meio de reformas educacionais a serem seguidas para a liberação de novos empréstimos.

A partir de 1995, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, a imagem do serviço público estava desgastada e era considerada incapaz de atender às necessidades dos cidadãos, por ser demasiadamente burocrática e improdutiva. Logo, o modelo gerencialista

ganhou espaço nas discussões sobre a administração pública e passou a remodelar as propostas de reforma do Estado, com a justificativa de que este só poderia ser eficiente e eficaz por meio da diminuição de seu tamanho e de áreas da sua atuação. Assim, haveria possibilidade para que os mecanismos das empresas privadas fossem inseridos nas políticas para a gestão pública. Nesse foco, entraram em vigor medidas de ajuste, tais como: metas e indicadores de resultados; racionalização dos recursos; flexibilização e desburocratização de processos; terceirização de atividades de apoio; enxugamento de pessoal; aumento das demissões e privatizações.

As reformas neoliberais, ao longo do Governo Fernando Henrique, aprofundaram a opção pela modernização e dependência mediante um projeto ortodoxo de caráter monetarista e financista/rentista. Em nome do ajuste, privatizaram a nação, [...] desmontaram a face social do Estado e ampliaram a sua face que se constituía como garantia do capital. Seu fundamento é o liberalismo conservador redutor da sociedade a um conjunto de consumidores. Por isso, o indivíduo não mais está referido à sociedade, mas ao mercado. A educação não mais é direito social e subjetivo, mas um serviço mercantil. (FRIGOTTO, 2011, p. 241).

Essa política administrativa anunciava tratar a área educacional como um direito essencial, porém, fez o contrário ao compreender a educação apenas pelo viés econômico capitalista e mercantil. Diante disso, propôs a diminuição do papel do Estado para impulsionar o aumento de escolas e faculdades privadas, além de promover provas e avaliações em larga escala para a verificação da produtividade, da eficácia e da eficiência. Isso com o foco de promover a competição entre as escolas públicas para o recebimento de recursos. Esta iniciativa de inserção dos princípios gerencialistas e neoliberais nas políticas públicas ganhou espaço durante o Governo de FHC, porém, mesmo com a mudança de governo em 2003 com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva (até 2010) observa-se uma continuidade da agenda neoliberal. Durante o governo de Lula, foram promovidas políticas compensatórias, de assistência social e de minimização da pobreza, sendo acompanhada pelo desenvolvimento econômico nacional que promoveram assim, a popularização de Lula. Tal fato, garantiu a reeleição do mesmo em 2006 e, posteriormente, de sua sucessora Dilma Rousseff (eleita em 2010 e reeleita em 2014) fazendo com que o Partido dos Trabalhadores - PT permanecesse no poder até o ano de 2016. Porém, faz-se necessário ressaltar que apesar de haver “[...] avanços significativos no plano social, mormente para o grande contingente da população até então mantido na indigência, o marco de não retorno não se estabeleceu e o circuito das estruturas que produzem a desigualdade não foi rompido.” (FRIGOTTO, 2011, p. 241).

Assim, nota-se que tais manobras de intervenção do Banco Mundial se propagaram pela América Latina por meio de uma agenda de reformas nas mais diversas áreas da economia e de serviços sociais, durante as últimas décadas. Porém, é explícito o interesse do Banco na educação por ser uma área estratégica, como meio de garantir o repasse e a

assimilação dos princípios neoliberais e gerencialistas, o que naturaliza esses elementos na estrutura política, social e cultural da sociedade.

A partir desse panorama, faz-se necessário compreender como a política educacional brasileira foi delineada pelo Banco Mundial, com base em seus “aconselhamentos” e orientações políticas, que se efetivaram pelo encaminhamento de documentos, relatórios e pareceres mundiais, os quais devem ser seguidos por cada país. Para o Brasil, entre outras ações, o Banco Mundial lançou, em 2017, um relatório com encaminhamentos e propostas a serem organizadas em várias áreas dos serviços sociais ofertados pelo governo, tais como a saúde, educação, previdência social e funcionalismo público em geral. Nesse terceiro momento deste trabalho, segue a análise do documento “Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”, com enfoque nas recomendações do BM para a educação básica brasileira – ensino fundamental, como forma de compreender de que maneira tais medidas influenciaram direta e indiretamente os rumos que a nossa educação terá para os próximos anos.

BANCO MUNDIAL: UM AJUSTE INJUSTO PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Neste momento da pesquisa, demanda-se realizar análise sobre como os encaminhamentos e os desdobramentos de ações do Banco Mundial norteiam a educação brasileira, tendo como enfoque de estudo o relatório “Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”. Faz-se necessário ressaltar que este trabalho analisará especificamente este documento, no entanto, é notório perceber que, nas últimas décadas, diversos projetos foram elaborados, indicados e financiados pelo Banco Mundial para a educação brasileira, tais como: o Projeto Nordeste para a Educação Básica, o Fundo de Desenvolvimento da Escola – FUNDESCOLA, Projeto de Melhoria da Escola – PME, Projeto de Adequação dos Prédios Escolares – PAPE, Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE, entre outros. (CRUZ, 2003).

Em 2017, o documento “Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil” foi lançado pelo Banco Mundial com três objetivos elencados, sendo: 1) realizar uma análise sobre como se organizam os gastos públicos atualmente; 2) apontar alternativas para a redução do *déficit* fiscal de modo sustentável; e 3) propiciar segmento e fortalecer os avanços sociais conquistados nas últimas décadas. Ainda, segundo consta no documento, sua elaboração foi solicitada pelo próprio governo brasileiro, de modo a estudar uma remodelação dos “excessivos gastos” e possibilitar, assim, uma nova distribuição e organização do dinheiro público, possibilitando a retomada para o caminho da “prosperidade compartilhada” entre os cidadãos. (BANCO MUNDIAL, 2017). Nessa perspectiva, é essencial ressaltar o cenário político brasileiro, durante os anos de 2016-2017, momento em que ocorreu o golpe e a queda da presidenta Dilma Rousseff, para a ascensão de Michel Temer, apoiado pelas alas da política denominadas de direita e pelo chamado centrão.

Temer foi apoiado como representante dos interesses das maiores bancadas da direita da Câmara de Deputados do Brasil, tais como a bancada “da bala”, a ruralista, a evangélica e a empresarial, que popularmente são conhecidas por seus ideais “conservadores nos costumes e liberais na economia”. Temer assumiu o governo por um pouco mais de dois anos, após o afastamento de Rousseff; já no primeiro dia, após a posse, anunciou que introduziria um plano de governo reformista, nomeado “Ponte para o Futuro”. Seguindo tais promessas, em pouco tempo na presidência do Brasil, conseguiu aprovar quatro grandes reformas, que expressam um movimento de cunho neoliberal, pois apresentaram-se com um ataque direto aos trabalhadores e aos serviços públicos básicos.

Apenas sete meses após assumir o cargo, em dezembro de 2016, Temer promulgou a Emenda Constitucional 95/2016 do Teto dos Gastos que congelou os investimentos públicos pelo período de 20 anos, permitindo apenas o reajuste da inflação. Depois da aprovação da primeira grande reforma, o governo emendou a votação das outras três para que passassem pela Câmara de Deputados o mais rápido possível, o que inviabilizou, assim, qualquer forma de resistência da oposição. Já no primeiro semestre de 2017, foram aprovadas a reforma trabalhista, que flexibilizou os direitos dos trabalhadores até então garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT; a reforma que autorizou a terceirização de funções no setor público e privado; e a Reforma do Ensino Médio, alterando o currículo escolar e tornando obrigatório, apenas, o ensino das disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Inglês.

Quando Temer assumiu a Presidência da República, no lugar da presidente Dilma, uma das primeiras ações que realizou foi implementar a medida provisória 746/2016, que depois de aprovada tornou-se a Lei do Ensino Médio 13.415/2017. Esta lei flexibiliza: a) a aprendizagem, de acordo com os itinerários que serão incorporados nas escolas; b) a profissionalização de professores, porque permite a atuação de profissionais com notório saber; e c) a educação pública e gratuita, porque permite a privatização da parte técnica do ensino médio, ficando sob a responsabilidade do Estado somente as disciplinas obrigatórias. (ALBA, 2019, p. 144).

Assim, a partir das propostas aprovadas por esse governo, fica evidente o motivo da solicitação do relatório elaborado pelo Banco Mundial, já que tais números e dados, expostos nesse documento, foram usados para respaldar e justificar a necessidade de novas medidas institucionais, que permitissem um gasto público menor e uma produtividade mercantil maior. Nesse sentido, o relatório indica medidas baseadas em experiências internacionais com o objetivo de demonstrar uma melhor alocação do dinheiro público e, assim, aumentar a eficiência, eficácia e produtividade da esfera pública. (BANCO MUNDIAL, 2017).

O documento foi organizado segundo cada área de investimento público, as quais apresentam “retorno desproporcional aos elevados gastos” que os governos têm, tais como a saúde, educação, previdência social, funcionalismo público e assistência social. Ao final do documento, reserva-se um capítulo inteiro para apresentar o setor privado como solução ao aumento da produtividade da instância pública, por meio da diminuição do tamanho do

Estado ao transferir o papel de provedor e executor de serviços às empresas privadas, seja por meio da terceirização de serviços auxiliares, da privatização de estatais ou de programas público-privados.

Inicialmente, o documento apresenta um parecer geral sobre os gastos do governo no Brasil, descrevendo quais áreas “gastam demais e mal”, além de apontar a necessidade de um replanejamento de despesas e de organização orçamentária. O estudo busca demonstrar estratégias que possibilitem um “equilíbrio fiscal” por meio de reformas na regulamentação e nas leis atuais do país, já que, para o Banco Mundial, são demasiadamente rígidas e ineficazes.

As reformas descritas neste relatório supõem que tais regras e arranjos institucionais possam ser alterados. Na verdade, a menos que tais mudanças ocorram, o Brasil não conseguirá observar o teto de gastos e superar os riscos associados à incipiente recuperação atual, retornando, ao invés disso, a uma crise fiscal e macroeconômica. Algumas das medidas propostas podem ser atingidas sem mudanças na legislação, ao passo que outras exigiriam reformas mais complexas e abrangentes. Todas elas são viáveis no médio prazo, mas algumas podem exigir estudos técnicos adicionais para definir detalhes e sequenciar sua implementação. (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 14-15).

Diante disso, é importante ressaltar e lembrar as críticas já tecidas anteriormente sobre a influência exercida pelo Banco Mundial em relação à autonomia dos países da América Latina, evidenciando que, por meio de orientações e sanções, o BM objetiva ditar como os governos devem se organizar e quais os rumos que as políticas públicas devem seguir, sendo que tais “aconselhamentos” políticos e econômicos atingem diretamente a soberania nacional. O documento, em suas mais de 150 páginas, apresenta diversas formas de interferências no modelo de governo brasileiro, porém, o enfoque, neste estudo, está direcionado a compreender quais são os encaminhamentos que o BM considera e indica como necessários para tornar a educação do Brasil, gradativamente, mais eficiente e eficaz, a fim de atender às demandas do mercado internacional.

O capítulo dedicado à análise da qualidade da educação brasileira é intitulado “Gastar mais ou melhor? Eficiência e Equidade da Educação Pública”, sendo composto por 18 páginas, nas quais são apresentados diversos gráficos e ilustrações com o objetivo de respaldar os 23 tópicos elencados, segundo os níveis educacionais brasileiros (educação infantil, ensino fundamental - etapa I e II, ensino médio e ensino superior). Para compreender como a educação brasileira é pensada pelos organismos multilaterais, quais são suas intenções para cada etapa e como serão afetadas pelo documento, para o objeto deste estudo, importa debruçar-se sobre o nível específico da educação básica – ensino fundamental para possibilitar o aprofundamento acerca das propostas e imposições feitas pelo Banco Mundial.

Desse modo, no referido documento, a primeira parte do capítulo é reservada para apontamentos gerais sobre a educação brasileira, sem a separação dos níveis ou indicações detalhadas a respeito dos dados apresentados; o que é exposto, nesse momento, é apenas

uma listagem dos problemas educacionais encontrados durante a elaboração do relatório. Entre as questões elencadas, estão a má distribuição dos gastos na educação; a obrigatoriedade no direcionamento de determinada porcentagem do valor de receitas para a educação; a grande quantidade de professores para os poucos alunos da escola pública; a baixa qualidade das formações de professores; seus elevados salários e benefícios, bem como o baixo desempenho dos alunos e o alto índice de reprovação. (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 121).

Os primeiros tópicos são dedicados ao debate acerca das despesas públicas com a educação e como tal índice tem se elevado consideravelmente nos últimos anos. Para a comprovação dessa afirmação, o relatório apresenta gráficos com a relação de gastos públicos na educação, em comparação aos países da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico - OCDE, do BRICS (sigla referente ao Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e outros países de terceiro mundo. Destacam-se duas interferências nesse quesito:

1) Faz-se necessário ressaltar que, durante o capítulo acerca da educação brasileira, o documento insiste em considerar e recomendar práticas aplicadas aos países da OCDE⁵. Sem considerar o cenário brasileiro e suas especificidades, o documento apenas apresenta números e dados, coletados em pesquisas, realizadas nos países mais ricos do globo, porém, não considera como tais práticas seriam aplicadas ou reestruturadas na conjuntura do Brasil.

2) O documento afirma em vários momentos que o Brasil tem um gasto elevado e superior, se comparado com alguns países, porém, os dados expostos no documento omitem questões relevantes e carece de fundamentação, além de apresentar conclusões inconsequentes e irreais, com o objetivo velado de direcionar e determinar quais são os rumos a serem seguidos pelas políticas públicas educacionais brasileiras. Desse modo, no tocante ao Brasil, o documento desconsidera as condições históricas, econômicas-sociais, culturais e territorial do país, propondo, assim, medidas que não geram soluções coerentes para o cenário brasileiro.

Durante a análise da seção direcionada especificamente ao estudo da eficiência dos gastos com o ensino fundamental, o documento aponta que o Brasil tem aumentado seus gastos com a educação consideravelmente, na última década; porém, conforme os resultados obtidos pelas provas do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA, tais despesas não se refletiram em índices positivos. Ou seja, segundo o documento: “[...] embora os gastos por aluno tenham aumentado, a maioria das escolas não conseguiu melhorar o desempenho, o que resultou em menor produtividade geral.” (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 124).

Nessa perspectiva, é possível compreender que o Banco Mundial indica e reforça as avaliações em larga escala com exames e provas (como Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB, o Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE, Avaliação dos Cursos Superiores, entre outros)

para analisar continuamente a educação no Brasil, a fim de atingir determinadas metas. Vale ressaltar que tais provas são aplicadas como condicionantes para a liberação de novas parcelas de financiamentos de projetos, além de servirem de instrumentos de monitoramento do desempenho da educação brasileira e encaminhamento de novas diretrizes para o norteamento dos rumos das políticas públicas, embasadas nos ideais neoliberais e em princípios gerencialistas.

Ao longo de todo o capítulo sobre a educação brasileira, é explícita a influência da política administrativa gerencialista nas determinações e recomendações realizadas pelo Banco Mundial, já que, na maioria das medidas apresentadas, as palavras “desempenho”, “eficiência” e “eficácia” aparecem para demonstrar qual a principal preocupação do Banco com a educação. Nessa lógica, a perspectiva é de que a educação no Brasil assumira uma “[...] lógica do mercado que se guia, nas atuais circunstâncias, pelos mecanismos das chamadas ‘pedagogia das competências e da qualidade total’.” (SAVIANI, 2007, p. 3 *apud* FRIGOTTO, 2011, p. 243).

As seguintes partes do documento são dedicadas especialmente para desmerecer e desvalorizar o trabalho realizado pelos profissionais da educação, atacando a classe, seja por seus salários, sua formação, pelo trabalho realizado em sala, questionando os momentos de preparação das aulas ou de formação continuada e, por fim, o direito à previdência. Nesse quesito, vale ressaltar que o documento não apresenta dados e nem números; suas conclusões são especulativas e infames, pois, em meio às duras críticas tecidas aos professores, entre os principais tópicos que foram reiterados constantemente, estão os “amplos e excessivos direitos”.

Uma análise de regressão comparando os salários do setor público com os do setor privado formal e informal, controlando a educação, a idade, a experiência, a localização, a cor e o gênero, revela que há um prêmio salarial significativo no setor público (17%, em média). No entanto, o prêmio é muito mais alto na esfera federal (67%) do que na estadual (31%). No caso de servidores municipais, não há prêmio salarial (os servidores municipais ganham, em média, 1% abaixo de seus equivalentes no setor privado). (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 46).

Sobre os salários dos professores, o documento afirma que, inicialmente, os valores não são elevados, porém: “[...] devido às promoções automáticas baseadas nos anos de serviço e da participação em programas de formação, em 15 anos de carreira os salários se tornam duas a três vezes superiores ao salário inicial, em termos reais.” (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 127). Nesse mesmo sentido, o documento assevera que, graças aos aumentos significativos nos salários, os professores se aposentam com “planos generosos” e demasiadamente cedo. Outros tópicos são direcionados ao questionamento da relação entre professores-alunos, visto que, segundo o documento, no Brasil, há um quadro extenso de professores para um número baixo de alunos. Tal problema poderia ser resolvido até 2026, com a não reposição de professores aposentados, diminuição de concursos e de contratação

de novos profissionais. Em seguida, é questionada a produtividade dos professores que dedicam muito tempo para atividades fora de sala de aula e ao absenteísmo.

Para a solução dos problemas apontados acerca dos profissionais da educação, o documento apresenta soluções baseadas na perda de direitos trabalhistas e de incorporação do mecanismo gerencialista à educação.

Professores no Brasil dedicam uma parte do tempo em atividades pouco produtivas. Em média, professores usam somente 65% de seu tempo para ensinar, ao passo que, segundo melhores práticas internacionais, o ideal seria 85%. Também é necessário reduzir o absenteísmo entre os professores. [...]. As ausências estão relacionadas a fatores ambientais (trânsito, violência, calor, estresse), mas também são causadas por leis permissivas que concedem licenças por muitos motivos não verificáveis. Além disso, desvinculação entre desempenho, estabilidade e remuneração, e mecanismos frágeis de monitoramento e controle fazem com que professores tenham pouco incentivos a manter frequência adequada. A literatura internacional oferece algumas possíveis soluções: introdução de um bônus por frequência para os professores; melhora dos mecanismos para registrar ausências e presenças; introdução e aplicação de ameaças de demissão por absenteísmo excessivo; introdução de benefícios vinculados à aposentadoria; e publicação de índices médios de absenteísmo nos relatórios de desempenho das escolas. (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 130).

Nesse sentido, o documento aponta que os professores acabam por se acomodar em suas atribuições por causa de leis condescendentes, porém, a pesquisa não considera que os profissionais da educação tiveram que se posicionar e lutar durante vários anos e ainda lutam para conquistar direitos básicos, em prol do desenvolvimento de políticas educacionais que assegurassem a promoção de uma educação pública, gratuita e de qualidade. Na contrapartida dessa luta, observa-se que o Banco Mundial demonstra ter como objetivo promover a competitividade entre os professores e entre escolas públicas, por meio de incentivos monetários, visando aumentar a produtividade e eficiência. Em benefício às demandas mercantis, propõem a inserção de mecanismos de monitoramento das atividades dos profissionais e a perda de benefícios, direitos e da estabilidade empregatícia.

Ao final da seção sobre a eficiência dos gastos, no ensino fundamental, o documento evidencia duas reformas principais “[...] para aumentar a eficiência e a equidade, e reduzir o custo fiscal.” (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 136).

[...] (i) Permitir o aumento da razão aluno-professor nas escolas mais ineficientes para, gradualmente, chegar a níveis de eficiência por meio da não reposição dos professores que se aposentarem. [...] Outra recomendação para os municípios que precisarem repor os professores que se aposentarem seria limitar a contratação de novos professores concursados, cuja demissão é extremamente difícil e cujos custos são significativos, uma vez que eles se aposentam cedo com vencimentos integrais. (ii) Expandir e compartilhar experiências positivas de gestão

escolar que demonstraram bons resultados em vários estados e municípios do país. Alguns bons exemplos de intervenções que poderiam ser replicadas são: a nomeação dos diretores escolares com base em seu desempenho e experiência (e não por indicações políticas); o pagamento de bônus aos professores e funcionários com base no desempenho das escolas; a adaptação das políticas estaduais a necessidades locais específicas; o compartilhamento de experiências e melhores práticas; e o destaque às escolas com desempenho melhor. A contratação de empresas privadas para o fornecimento de serviços de educação também poderia melhorar o desempenho e a eficiência dos gastos públicos com educação. As escolas charter provavelmente teriam mais flexibilidade para gerir seus recursos humanos. Por poderem ser penalizadas por mau desempenho, elas baseariam as decisões sobre contratação, demissão, promoções e salários no desempenho individual dos professores, e não em sua estabilidade ou antiguidade. No entanto, talvez sejam necessárias novas leis federais, estaduais e municipais para permitir PPPs no Ensino Básico. (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 136-137).

Assim, observa-se que as orientações do Banco Mundial para a educação brasileira prospectam uma diminuição dos gastos públicos em prol do aumento da eficiência e da produtividade mercantil, direcionadas ao campo da educação em todos os níveis de oferta. Porém, as propostas elencadas no documento podem indicar um ataque aos direitos dos alunos de terem uma formação integral⁶; ademais, aos trabalhadores da educação, representam uma desvalorização e condições de trabalho cada vez mais sucateadas.

A partir deste estudo, objetivando efetivar uma síntese, pode-se depreender e listar os principais encaminhamentos do BM e quais seriam os desdobramentos mais expressivos para a política direcionada à educação pública brasileira:

- 1) **Diminuição dos “excessivos benefícios” e a redução do número de profissionais concursados:** resultaria na perda dos direitos dos trabalhadores, que foram conquistados após anos de luta, e causaria a desregulamentação das relações de trabalho. O fim da estabilidade possibilitaria aos empregadores (podendo ser o próprio Estado) que ameaçassem os profissionais, conforme seus próprios interesses, os quais ficariam reféns, por não terem mais sua autonomia e estabilidade protegidas.
- 2) **Não reposição de profissionais aposentados:** acarretaria salas lotadas pela redução do número de professores concursados e contratados, além do aumento de aluno por sala de aula, o que comprometeria a qualidade social e emancipadora dos processos de ensino e aprendizagem, portanto, de acesso ao conhecimento científico.
- 3) **Estimular a produtividade e a competitividade:** resultaria em maior fragmentação da consciência de classe dos profissionais e instigaria ao trabalho massivo e reprodutivista, na busca de melhores e eficientes resultados. Ou seja, a produtividade seria controlada pela meritocracia e avaliações em larga escala.

Porém, é necessário ressaltar que o trabalho do professor é diretamente vinculado ao campo da formação de ideias, conceitos, saberes, valores e de cultura, portanto, como trabalho não-material (SAVIANI, 2005), de maneira que não poderia ser categorizado e avaliado de forma simplista. Ainda, sem considerar as condições econômicas, sociais e culturais de cada região, não seria possível e prudente comparar, considerando a produtividade como indicador do trabalho dos profissionais, já que a realidade é múltipla e diferente no Brasil.

- 4) **Valorização de experiências de gestões que apresentaram resultados positivos:** o repasse de responsabilidades do Estado para as comunidades escolares (diretores, coordenadores pedagógicos, professores, servidores técnicos, alunos e pais) cria uma falsa ilusão de autonomia, na qual cada gestor, independentemente dos recursos financeiros disponíveis, deve instigar a competição dos servidores em troca de resultados mensuráveis e que atendam às metas do Índice de Desenvolvimento da educação Básica – IDEB. Aquele que não conseguir se destacar por seu desempenho acaba por ser negligenciado e penalizado; já os que conseguirem, poderão ser premiados. Nesse sentido, o conhecimento passa a ser mercadoria e o Estado desonera-se de sua responsabilidade com o sucesso ou fracasso na educação.
- 5) **Contratação de empresas privadas para o fornecimento de serviços de educação:** apesar de o Estado ter o dever de garantir o financiamento, bem como os serviços básicos necessários para a manutenção estrutural e organizacional das escolas, a fim de assegurar a oferta de educação pública a toda a sociedade, essa responsabilidade pode ser transferida para empresas do setor privado, por meio da terceirização de serviços complementares e pelo pagamento de elevados valores monetários às empresas. Tal política neoliberal permite que empresas privadas assumam o papel de executor do Estado, restringindo sua ação apenas como regulador da sociedade e educação. Ou seja, o Estado passa a atuar somente na determinação e na implementação das leis; o setor privado apodera-se de seu papel de prestador, gerenciador de serviços e do lucro desse negócio, em que a educação começa a ser encaixada. Nessa lógica, a perspectiva de uma educação emancipadora pode ser substituída por uma educação pragmática.

Portanto, por meio da análise do documento “Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”, pode-se depreender quais são os interesses do Banco Mundial em determinar os rumos da educação no país e de que modo, com base em tais “aconselhamentos e consultorias políticas”, as instituições multilaterais atuam para impor a adoção de políticas que atendem aos interesses da concentração hegemônica do capital nacional e estrangeiro. É por meio dos acordos de cooperação internacional que a educação “[...] restringe-se ao papel de reproduzir a força de trabalho para o capital, formar

ideologicamente conforme os interesses do mesmo e servir como segmento do mercado a ser explorado comercialmente pelo setor privado.” (CRUZ, 2003, p. 72).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o processo de construção desta pesquisa, acerca da relação do Banco Mundial com a educação brasileira, evidenciou-se que os mecanismos gerencialistas e as consultorias, oferecidas pelo Banco Mundial, estão entre as principais estratégias para a disseminação da ideologia neoliberal no campo educacional. Esse movimento constitui-se a partir das diferentes conjunturas históricas brasileiras, por uma estrutura econômica e política vinculada às necessidades do capital estrangeiro para expansão e estruturação do sistema capitalista global.

O processo de construção do Banco Mundial e de como se articulou, nas últimas décadas, revela o interesse dos organismos multilaterais em nortear as políticas públicas dos países periféricos em favor dos interesses dos países hegemônicos, na lógica do imperialismo. Por meio do discurso de enfrentamento à pobreza e de luta pelo desenvolvimento econômico dos países periféricos, o Banco Mundial infiltrou-se nas políticas da América Latina, nortearando as ações ideológicas, as políticas econômicas e sociais de seus governantes e utilizando o Estado como um meio de propensão dos ideais neoliberais.

No Brasil, as intervenções do Banco Mundial ganharam força durante a Ditadura Militar (1964-1985), por meio do discurso de combate ao comunismo/autoritarismo, bem como baseado no grande número de financiamentos e seus elevados valores monetários, destinados para a agricultura e para a construção. A partir da década de 1990, a liberação de novos empréstimos passou a ser ligada a condicionantes determinadas pelo Consenso de Washington, com o objetivo de realinhar a política Latina aos interesses dos países de primeiro mundo. Atualmente, essas ações de interferência puderam ser percebidas, mais intensamente, a partir das reformas instauradas no governo Temer, que foram elaboradas e desenvolvidas nos moldes oriundos do BM.

Ao estudar os documentos e a agenda de financiamentos desse organismo multilateral, percebe-se que, com base em sua ação global e poder monetário, o Banco Mundial influencia e direciona os segmentos políticos dos países subdesenvolvidos a se submeterem às imposições dos países centrais, resultando, então, na perda soberania e de autonomia nacional, em benefício à lógica imperialista, própria do capitalismo. Para tanto, o Estado tem papel fundamental na expansão da agenda capitalista do Banco Mundial, subjugado a atuar apenas na implementação de políticas assistencialistas e compensatórias, assegurando condições mínimas de sobrevivência para que a classe trabalhadora adquira uma postura passiva perante aqueles que detêm o capital, de forma que não lutem pela transformação efetiva da sociedade. (ALBA, 2019).

Nessa perspectiva, percebe-se o interesse do Banco Mundial de trabalhar com as políticas públicas, a fim de reformar aspectos pontuais, porém, não de modo a combater a raiz dos problemas, que são estruturais do sistema capitalista. Assim, ao analisar o processo histórico de expansão da ideologia do Banco Mundial para o restante dos países, percebe-se a solidificação de um núcleo orgânico de países centrais, que usufruem dos privilégios do sistema capitalista, os quais norteiam as organizações políticas, bem como se apropriam, além de explorar as riquezas e produções, dos demais países para a conservação de uma organização hegemônica mundial.

Para concluir, sem finalizar, importa ressaltar que, ao compreender a história como um processo dialético, que se materializa a partir do movimento contraditório, decorrente dos antagonismos de classes, presentes na sociedade capitalista, percebe-se que isso não se efetiva de modo linear e sem apresentar perspectivas de mudança. Assim, diante dos constantes ataques das políticas neoliberais aos direitos da classe trabalhadora e à educação pública, é relevante a articulação dos trabalhadores e do engajamento dos movimentos de resistência na busca de uma sociedade mais justa e humanizada.

REFERÊNCIAS

ALBA, R. P. **Mercantilização da educação no Brasil**: da proposta do Banco Mundial à incorporação nos planos nacionais de educação. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2019. Disponível em: <https://bityli.com/oFBAC>. Acesso em: 23 jul. 2020.

BANCO MUNDIAL. **Um ajuste justo**: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. Volume I: síntese. Grupo Banco Mundial, 2017. Disponível em: <https://bityli.com/J4WHV>. Acesso em: 06 mar. 2020.

BEZERRA NETO, L.; BOTIGLIERI, M. F. O neoliberalismo, o banco mundial e a educação: alguns apontamentos. **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, n. 57, p. 19-31, 2014. Disponível em: <https://bityli.com/6hGdj>. Acesso em: 09 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE**. Cooperação Internacional, 2018. Disponível em: <https://bityli.com/98yep>. Acesso em: 06 maio 2020.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Banco Mundial**. Diplomacia econômica, comercial e financeira. Disponível em: <https://bityli.com/ZIPg6>. Acesso em: 06 nov. 2020a.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Fundo Monetário Internacional**. Diplomacia econômica, comercial e financeira. Disponível em: <https://bityli.com/77eiQ>. Acesso em: 06 nov. 2020b.

BRASIL. Presidência da República. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 dez. 2016. Disponível em: <https://bitly.com/VfNUa>. Acesso em: 16 out. 2020.

CRUZ, R. E. Banco mundial e política educacional: cooperação ou expansão dos interesses do capital internacional? **Educar**, Curitiba, n. 2. p. 51-75, 2003. Disponível em: <https://bitly.com/SQLHw>. Acesso em: 21 set. 2020.

FERREIRA, B. T. **A ressignificação da teoria do capital humano diante da crise estrutural do capital**. 2016. Disponível em: <https://bitly.com/pG7fF>. Acesso em: 06 nov. 2020.

FIGUEIREDO, I. M. Z. Os projetos financiados pelo banco mundial para o ensino fundamental no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1123 -1138, 2009. Disponível em: <https://bitly.com/hnwWp>. Acesso em: 21 set. 2020.

FONSECA, P. C. D. Neoliberalismo ou ausência de projeto? O governo Collor e a impotência da cópia. **Indicadores Econômicos, FEE, Análise conjuntural**, Porto Alegre, v. 19, 1991. Disponível em: <https://bitly.com/z7Pb2>. Acesso em: 06 nov. 2020.

FRIEDMAN, M. **Capitalism and freedom**. Chicago: The University of Chicago, 1962.

FRIGOTTO, G. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista brasileira de Educação**, p. 235-254, 2011. Disponível em: <https://bitly.com/1MkMb>. Acesso em: 12 out. 2020.

LEHER, R. Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Revista Outubro**, São Paulo, n. 1, p. 19-30, 1999. Disponível em: <https://bitly.com/jatri>. Acesso em: 13 mar. 2020.

MARTINS, M. C. Reflexos reformistas: o ensino das humanidades na ditadura militar brasileira e as formas duvidosas de esquecer. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 51, p. 37-50, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://bitly.com/eviPV>. Acesso em: 13 out. 2020.

MOURA, D. H. Algumas Possibilidades de organização do ensino médio a partir de uma base unitário: Trabalho, ciência. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – PERSPECTIVAS ATUAIS, 1., 2010, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <https://bitly.com/ceQMA>. Acesso em: 09 nov. 2020.

PEREIRA, J. M. M. O Banco Mundial e a construção político-intelectual do “combate à pobreza”. **Topoi**, v. 11, p. 260-282, 2010. Disponível em: <https://bitly.com/dvOfj>. Acesso em: 19 mar. 2020.

SANTOS, M. A grande crise se instalou. *In*: BENJAMIN, C.; ELIAS, L (org.). **Brasil: crise e destino**. Entrevista com pensadores contemporâneos. São Paulo: Expressão Popular, 2000. p. 21-34.

SAVIANI, D. **Sobre a Natureza e Especificidade da Educação**. Revista *Geminal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v. 7, n. 1, p. 286–293, 2015. Disponível em: <https://bitly.com/9xsui>. Acesso em: 16 nov. 2020.

SUNKEL, O. Globalização, neoliberalismo e a reforma do Estado. *In*: BRESSER, P. L. C.; WILHEIM, J.; SOLA, L. (org.). **Estado em transformação**. Brasília: ENAP: Sociedade e São Paulo: Editora Unesp, 1999. p. 173-196.

AUTORIA:

* Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – campus Cascavel. Contato: marijanezanotto@gmail.com

** Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Professora da Educação Infantil no Município de Cascavel, PR. Contato: kethlynhippler@gmail.com

COMO CITAR ABNT:

ZANOTTO, M.; HIPPLER, K. E. O Banco Mundial e a educação pública brasileira: desdobramentos na política para a educação básica - ensino fundamental. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 23, p. 1-26, 2003. DOI: 10.20396/rho.v23i00.8669017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8669017>. Acesso em: 27 abr. 2023.

Notas

¹ Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD: instituição criada durante a Conferência que se capitalizou pela venda de títulos, e que, gradualmente modificou seu foco para o financiamento de projetos setoriais em países subdesenvolvidos. Para suprir as novas demandas internacionais que o BIRD não podia atender, foram criadas novas estruturas e instituições mais complexas e que atualmente correspondem ao Banco Mundial. O BIRD é o nome oficial do BM. (BRASIL, 2020a).

² Fundo Monetário Internacional – FMI: organização fundada com o objetivo de organizar as finanças dos países aliados e controlar a economia internacional, de modo a evitar crises econômicas e instabilidade financeira. Atualmente, o FMI possui 188 países-membros, onde cada um é responsável por aplicar valores monetários no fundo, sendo que as nações que mais contribuem detêm um maior poder de decisão nas votações internas. (BRASIL, 2020b).

³ “O desempenho econômico e social verificado nestes anos gloriosos do sistema capitalista foi resultado da reestruturação produtiva e do avanço da internacionalização da economia. A reestruturação ocorreu a partir do casamento entre o liberalismo econômico e a democracia social, materializado nas políticas do Estado de Bem Estar Social. De modo resumido, as políticas públicas do período refletiram o consenso político entre a esquerda e a direita nos países capitalistas da Europa Ocidental, substanciado nos governos dirigidos pelos partidos social-democratas. Baseado em políticas econômicas keynesianas, os governos socialdemocratas orientaram processos de industrialização, ao mesmo tempo em que mantiveram o compromisso com o pleno emprego e a seguridade social. Paralelamente, ocorreu uma expansão da capacidade produtiva da economia global.” (FERREIRA, 2016, p. 12). Após tais avanços econômicos e sociais das políticas keynesianas, nos anos 1970 houve uma queda nas taxas de crescimento econômico que resultaram

no enfraquecimento deste modelo político e abriu-se espaço para a expansão da teoria neoliberal nas políticas mundiais.

⁴ Em 1989, ocorreu o Consenso de Washington, um encontro entre o governo dos EUA, os técnicos do Banco Mundial e economistas defensores das propostas neoliberais, com o objetivo de discutir e analisar as reformas econômicas a serem adotadas pelos países da América Latina, a fim de responder aos propósitos internacionais. A partir das propostas acordadas entre esses grupos, o Banco Mundial criou novas determinações e metas, que os países devedores deveriam cumprir para a liberação de novos empréstimos, vinculando as negociações monetárias com adequação das estruturas econômicas e políticas, conforme os ideais neoliberais. (CRUZ, 2003).

⁵ “A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, com sede em Paris, França, é uma organização internacional composta por 35 países membros, que reúne as economias mais avançadas do mundo, bem como alguns países emergentes como a Coreia do Sul, o Chile, o México e a Turquia. A Organização foi fundada em 14 de dezembro de 1961 [...]. Por meio da OCDE, representantes dos países membros se reúnem para trocar informações e alinhar políticas com o objetivo de potencializar seu crescimento econômico e colaborar com o desenvolvimento de todos os demais países membros. Por meio dessa cooperação, a OCDE tornou-se uma fonte importante de soluções para políticas públicas em um mundo globalizado.” (BRASIL, 2018).

⁶ Segundo Moura (2010, p. 5), a formação integral do sujeito advém de “[...] uma formação em que os aspectos científicos, tecnológicos, humanísticos e culturais estejam incorporados e integrados. Assim, os conhecimentos das ciências denominadas duras e os das ciências sociais e humanas serão contemplados de forma equânime, em nível de importância e de conteúdo, visando a uma formação integral do cidadão autônomo e emancipado. A formação integral implica competência técnica e compromisso ético, que se traduzam em atuação voltada para a edificação de uma sociedade justa e igualitária.”